

Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados da Companhia em relação ao exercício de 2018, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

Em 2019, a CPFL Paulista cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de seus 4,6 milhões de clientes, em 234 municípios do Estado de São Paulo.

As vendas de energia para o mercado cativo registraram um aumento de 2,4% em relação ao exercício de 2018. Destaca-se a classe residencial, que registrou um crescimento de 4,9% ante 2018.

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

2. Comentário sobre a conjuntura

Ambiente Macroeconômico

Após três anos de forte contração entre 2014 e 2016, período marcado por diversas turbulências políticas, a economia brasileira engrenou uma recuperação lenta e irregular em 2017, 2018 e 2019.

Alguns choques se abateram sobre a economia brasileira em 2019. Cabe citar a tragédia de Brumadinho, que levou a forte queda da extração de minério de ferro; a continuidade da recessão argentina, que prejudicou as exportações brasileiras, especialmente de manufaturados; e a própria desaceleração da economia e do comércio mundiais. Em essência, foram os mesmos fatores que impuseram uma retração à produção da indústria em 2019, a despeito do crescimento da demanda doméstica.

Com o ritmo muito moderado da economia, a ociosidade dos fatores de produção permaneceu bastante elevada, o que se refletiu em níveis muito baixos da inflação (especialmente das suas medidas de núcleo). Este contexto, somado à consolidação da perspectiva de aprovação da reforma da Previdência, acabou por levar o Banco Central a voltar a flexibilizar a política monetária, levando os juros a novos patamares mínimos históricos (tanto em termos reais como nominais), ao longo do segundo semestre.

A aprovação da reforma da previdência, que evitará forte escalada dos gastos previdenciários a longo prazo, consolidou a visão de que estaria em curso uma queda estrutural das taxas de

juros, de forma que a curva de juros, como um todo, sofreu uma forte correção, com recuo das taxas longas.

O impulso monetário, consoante à injeção pontual de recursos na economia (FGTS, PIS-PASEP, 13º do Bolsa Família), começa a tracionar a economia ao final de 2019. Dados melhores são vistos no crédito, comércio, em alguns segmentos de serviços e da indústria. Até mesmo a construção civil, segmento que sofreu as consequências da crise de forma mais profunda e prolongada, emite os primeiros sinais de certa recomposição.

A queda de juros no front doméstico levou também à troca de financiamentos externos (mais caros) por crédito doméstico, isento de risco cambial e mais acessível neste momento de expansão monetária - não apenas via sistema bancário, mas, também, e crescentemente, pelo mercado de capitais. Concomitantemente ao aumento das captações via emissões de ações e títulos, cresceu a demanda por dólares no mercado à vista para quitação das dívidas junto aos credores internacionais, o que levou a alguma pressão sobre a cotação do real. Nada capaz de alterar as projeções de inflação ou as perspectivas para a política monetária.

2019 se encerra, assim, com a economia ganhando tração e efeitos defasados da expansão monetária ainda por serem verificados. A inflação sofre os efeitos da mudança de preços relativos das proteínas, reflexo do repentino encolhimento do rebanho suíno chinês - mas esse elemento não suscita preocupação no horizonte relevante de política monetária. O Copom sinaliza que agirá com cautela, de modo que a taxa Selic deverá recuar pouco ou nada em 2020.

As projeções apresentadas pelo próprio Banco Central vão na direção de manutenção do baixo patamar dos juros por tempo prolongado. Enquanto o diferencial diminuto de juros internos/externos reduz o apetite do investidor em renda fixa, o diferencial de crescimento deve se traduzir em incentivo à entrada de recursos externos no país para investimentos, contendo depreciações adicionais da moeda e podendo até mesmo trazer moderada apreciação. O próprio ambiente internacional tende a contribuir para um ano de maior interesse por países emergentes, e a recente revisão da perspectiva do rating brasileiro pela S&P corrobora essa melhora de expectativa.

A diluição de incertezas observada neste final de ano sugere que 2020 pode ser um ano de menor tensão e volatilidade nos mercados, com reflexos benignos sobre a nossa economia. No entanto, os riscos de recrudescimento de incertezas nos parecem ainda relevantes. No cenário externo, as eleições norte-americanas prometem trazer momentos de tensão, bem como a própria precariedade do acordo recém-saído do forno entre EUA e China. No front doméstico, o risco de recrudescimento de tensões políticas também não é desprezível, lembrando que a agenda econômica pós-Previdência é mais difusa. Por fim, é preciso alertar que há dois "bodes fiscais" que podem trazer incômodo no curto prazo. O primeiro é a situação dos entes subnacionais: são poucos os estados que têm comprometimento menor do que 90% das receitas com despesas correntes (e o episódio recente da cidade do Rio de Janeiro, que suspendeu pagamentos, é exemplo do ambiente delicado em que o chamado pacto federativo será conduzido). O outro é o teto de gastos públicos: se não for flexibilizado, seu cumprimento exigirá esforço fiscal draconiano (sobretudo a partir de 2021), com potencial efeito restritivo sobre a economia.

Assim, as expectativas para o crescimento da economia brasileira continuam apontando para uma recuperação em ritmo maior do que o atual. A mediana das projeções das instituições de mercado antecipa uma aceleração do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,1% em 2019 para cerca de 2,2% em 2020¹. A demanda externa enfraquecida e as medidas de ajuste fiscal, que pesam sobre o consumo do governo e sobre o investimento público, tendem a limitar a velocidade da recuperação no curto prazo.

Tarifas de energia elétrica

¹ Dados da pesquisa Focus do Banco Central do Brasil, referentes à 26/02/2020.

Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2019:

Em 2 de abril de 2019, por meio da Resolução Homologatória nº 2.526, a Aneel reajustou as tarifas de energia elétrica da CPFL Paulista em 12,02%, sendo 2,95% relativos ao Reajuste Tarifário Econômico e 9,07% referentes aos componentes financeiros externos ao Reajuste Tarifário, correspondendo a um efeito médio de 8,66% percebido pelos consumidores. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reajuste econômico foi de 0,78% e da Parcela B de 2,17%. As novas tarifas entraram em vigor em 8 de abril de 2019.

3. Desempenho operacional

Clientes: a CPFL Paulista encerrou o ano com 4,6 milhões de clientes, com acréscimo de 85 mil consumidores, representando um crescimento de 1,9%.

Vendas de energia

Em 2019, as vendas para o mercado cativo totalizaram 21.030 GWh, um aumento de 2,4% (490 GWh) em relação a 2018.

Destacam-se as classes residencial e comercial, que juntas representam 67,6% do total da energia faturada para consumidores cativos da distribuidora:

- **Classes Residencial e Comercial:** aumentos de 4,9% e 2,7%, respectivamente, refletindo efeitos de temperaturas mais altas em 2019 em relação à 2018;
- **Classe Industrial:** redução de 5,0%, refletindo principalmente a migração de clientes para o mercado livre.

Nota: as vendas para o mercado cativo não consideram a informação sobre a energia vendida por meio do Mecanismo de Vendas de Excedentes (MVE), ocorrida em 2019, incluída na linha de "Outras Concessionárias, Permissionárias e Autorizadas" da nota explicativa de "Receita Operacional".

Qualidade dos serviços prestados

Atendimento ao cliente: a CPFL Paulista obteve em 2019 o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) de 74,7%, na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - Abradee. O índice foi superior à média nacional de 70,3%.

Fornecimento de energia: a CPFL Paulista desenvolve iniciativas para aprimorar a gestão operacional e a logística de serviços de rede. Também realiza um programa intenso de inspeções e manutenções preventivas dos ativos elétricos. Em 2019, o DEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, foi de 6,72 horas e o FEC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente, foi de 4,38 vezes, entre os menores do setor.

4. Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

Receita operacional: a receita operacional bruta foi de R\$ 16.936 milhões em 2019, representando um aumento de 7,1% (R\$ 1.119 milhões), decorrente dos aumentos: (i) de 11,1% (R\$ 1.332 milhões) no fornecimento de energia elétrica; (ii) de 110,8% (R\$ 353 milhões) no suprimento de energia elétrica; (iii) de 9,0% (R\$ 183 milhões) em outras receitas; e (iv) de 17,6% (R\$ 116 milhões) na receita com construção de infraestrutura. Esses aumentos foram parcialmente compensados pela variação de R\$ 816 milhões nos ativos e passivos financeiros setoriais e pela redução de 33,6% (R\$ 49 milhões) na atualização do ativo financeiro da concessão.

As deduções da receita operacional foram de R\$ 6.206 milhões em 2019, representando um aumento de 4,7% (R\$ 280 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 10.731 milhões em 2019, representando um aumento de 8,5% (R\$ 838 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): o EBITDA é uma medida não contábil calculada pela Administração a partir da soma de lucro, impostos, resultado financeiro e amortização. Essa medida serve como indicador do desempenho do *management* e é habitualmente acompanhada pelo mercado. A Administração observou os preceitos da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, quando da apuração desta medida não contábil.

<i>Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA (R\$ mil)</i>		
	2019	2018
Lucro Líquido	837.604	649.516
Amortização	276.736	258.074
Resultado Financeiro	46.933	76.911
Contribuição Social	105.224	80.742
Imposto de Renda	285.023	221.760
EBITDA	1.551.519	1.287.003

Em 2019, a Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 1.552 milhões, representando um aumento de 20,6% (R\$ 265 milhões), devido ao aumento de 8,5% (R\$ 838 milhões) na receita líquida. Esta variação foi parcialmente compensada pelos seguintes fatores: (i) aumento de 5,4% (R\$ 367 milhões) no custo com energia elétrica; (ii) aumento de 7,7% (R\$ 91 milhões) no PMSO (despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros, Outros Custos/Despesas Operacionais e Entidade de Previdência Privada); e (iii) aumento de 17,6% (R\$ 116 milhões) nos custos com construção de infraestrutura, que tem contrapartida na receita líquida em igual valor.

O aumento de 7,7% (R\$ 91 milhões) no PMSO deve-se aos seguintes fatores:

- ✓ Aumento de 3,8% (R\$ 15 milhões) nas despesas com pessoal;
- ✓ Aumento de 2,7% (R\$ 2 milhões) nas despesas com material;
- ✓ Aumento de 1,5% (R\$ 6 milhões) nas despesas com serviços de terceiros;
- ✓ Aumento de 21,7% (R\$ 53 milhões) em outros custos/despesas operacionais;
- ✓ Aumento de 25,1% (R\$ 16 milhões) no item Entidade de Previdência Privada.

Lucro líquido: a CPFL Paulista apurou lucro líquido de R\$ 838 milhões em 2019, representando um aumento de 29,0% (R\$ 188 milhões), refletindo o aumento de 20,6% (R\$ 265 milhões) no EBITDA e a redução de 39,0% (R\$ 30 milhões) nas despesas financeiras líquidas. Estas variações foram parcialmente compensadas pelos aumentos (i) de R\$ 88 milhões no Imposto de Renda e Contribuição Social e (ii) de 7,2% (R\$ 19 milhões) na amortização.

Endividamento: no final de 2019, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Paulista atingiu R\$ 4.463 milhões, representando um aumento de 8,5%.

5. Investimentos

No ano, foram investidos R\$ 739 milhões na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e reforço do sistema elétrico para atendimento ao crescimento de mercado e melhoria de eficiência e qualidade, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

6. Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa

A CPFL Paulista desenvolve iniciativas que buscam gerar valor compartilhado entre a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir para a melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais nas áreas de abrangência. Alinhados ao planejamento estratégico do Grupo CPFL, os compromissos e as diretrizes de atuação visam promover o desenvolvimento sustentável e são incorporados aos processos decisórios e ações, conforme destaques a seguir.

Plano de sustentabilidade: definição da estratégia de sustentabilidade com foco em três pilares – Energia sustentável, Soluções inteligentes e Valor compartilhado com a sociedade – e em habilitadores fundamentais para nossa atuação - Ética, Transparência, Desenvolvimento de pessoas e inclusão, com compromissos públicos e iniciativas de valor em diversas áreas da empresa, contribuindo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Plataforma de sustentabilidade: ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano de Sustentabilidade.

Comitê de sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar o Plano e a Plataforma de sustentabilidade, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para o desenvolvimento sustentável da Companhia.

Mudança do Clima: atuamos com foco estratégico em negócios de baixo carbono e projetos que visam combater a mudança climática e seus impactos, nas frentes de Gestão de Emissões de GEE, Gestão de riscos e oportunidades, Inovação, Engajamento e divulgação.

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE): Atualmente, O Programa de Integridade assegura os mecanismos adequados para promover a cultura ética, alinhada aos princípios do grupo CPFL Energia. O programa possui 4 pilares compostos por procedimentos que evidenciam, inclusive, o apoio da alta administração, diretrizes como o Código de Conduta Ética, além de ferramentas de comunicação como treinamentos e o canal externo de ética, avaliação e monitoramento. Podemos destacar ações ocorridas/implementadas do Programa de Integridade, tais como: A manutenção do Selo Pró-Ética 2018/2019. O prêmio foi concedido pela Controladoria Geral da União (CGU) a um seleto grupo de 26 empresas dentre 373 participantes, que fomentam a adoção voluntária de medidas de integridade e comprometidas em implementar ações voltadas à prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude, o treinamento presencial/e-learning do Programa de Integridade para 5.462 colaboradores do grupo CPFL, a implantação da Conversa Mensal de Integridade – CMI em todas unidades do grupo CPFL, Dia da Integridade que contou com a palestra do professor e filósofo Mário Sérgio Cortella. Além disso, foram realizadas 12 reuniões do Comitê de Ética em

2019 para tratar de temas relacionados à gestão da ética, considerando sugestões, consultas e denúncias recebidas no período.

7. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes (KPMG) foi contratada pela CPFL Paulista para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a KPMG prestou, em 2019, serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários agregados foram superiores a 5% do total de honorários recebidos pelo serviço de auditoria contábil (societária, regulatória e Sox).

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a KPMG prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, de revisão das informações intermediárias e de auditoria de Sox, os seguintes serviços:

Natureza	Contratação	Duração
Asseguração de <i>covenants</i> financeiros	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021
Asseguração de informações para o BNDES	24/06/2019	3 meses
Serviços de <i>compliance</i> tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021
Outros serviços de <i>compliance</i> tributário	01/09/2017	24 meses

Contratamos um total de R\$ 268 mil referentes aos serviços descritos acima, o que equivale a aproximadamente 43% dos honorários de auditoria externa das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, de revisão das informações intermediárias e de auditoria de Sox referentes ao exercício social de 2019 da Companhia.

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Conforme previsto pela Instrução CVM 381/03, a KPMG declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Paulista agradece aos seus clientes, fornecedores e às comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na companhia no ano de 2019. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	692.337	197.579
Títulos e valores mobiliários	6	300.315	-
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	2.038.951	1.738.965
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	1.346	1.338
Outros tributos a compensar	8	60.601	58.705
Derivativos	32	71.034	65.435
Ativo financeiro setorial	9	652.971	665.868
Estoques		11.069	8.798
Outros ativos	12	182.818	227.333
Total do circulante		4.011.443	2.964.022
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	43.458	49.326
Depósitos judiciais	21	396.377	474.095
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	64.903	61.777
Outros tributos a compensar	8	64.132	58.240
Ativo financeiro setorial	9	2.748	122.121
Derivativos	32	74.307	80.955
Créditos fiscais diferidos	10	415.565	250.933
Ativo financeiro da concessão	11	3.521.168	3.026.780
Outros ativos	12	10.025	11.056
Ativo contratual	14	433.001	430.279
Intangível	13	1.879.943	1.823.907
Total do não circulante		6.905.628	6.389.470
Total do ativo		10.917.071	9.353.492

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Circulante			
Fornecedores	15	1.400.323	1.026.612
Empréstimos e financiamentos	16	1.032.936	372.081
Debêntures	17	16.081	82.310
Entidade de previdência privada	18	191.234	64.647
Taxas regulamentares	19	103.027	62.412
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	7.716	10.167
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	20	309.512	299.927
Dividendo e juros sobre capital próprio	23	620.717	202.810
Obrigações estimadas com pessoal		40.112	39.857
Derivativos	32	26.097	-
Outras contas a pagar	22	292.770	245.759
Total do circulante		4.040.527	2.406.582
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	1.405.276	1.649.787
Debêntures	17	2.127.903	2.151.666
Entidade de previdência privada	18	1.542.274	856.082
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	21	169.982	273.904
Derivativos	32	-	6.231
Outras contas a pagar	22	108.688	98.374
Total do não circulante		5.354.123	5.036.044
Patrimônio líquido			
	23		
Capital social		1.308.373	1.273.423
Reserva de capital		144.242	179.192
Reserva legal		123.315	81.435
Reserva de retenção de lucros para investimento		109.658	109.658
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		442.645	442.645
Dividendo		576.335	397.190
Resultado abrangente acumulado		(1.182.147)	(572.677)
Total do patrimônio líquido		1.522.421	1.910.866
Total do passivo e do patrimônio líquido		10.917.071	9.353.492

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2019	2018 ⁽¹⁾
Receita operacional líquida	25	10.730.696	9.892.570
Custo do serviço			
Custo com energia elétrica	26	(7.136.199)	(6.769.557)
Custo com operação	27	(797.984)	(763.810)
Amortização		(235.082)	(227.316)
Outros custos com operação		(562.902)	(536.494)
Custo com serviço prestado a terceiros	27	(773.315)	(657.637)
Lucro operacional bruto		2.023.198	1.701.566
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(313.115)	(284.758)
Amortização		(1.200)	(1.182)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(82.420)	(67.547)
Outras despesas com vendas	27	(229.495)	(216.029)
Despesas gerais e administrativas		(378.593)	(357.233)
Amortização		(40.454)	(29.577)
Outras despesas gerais e administrativas	27	(338.139)	(327.656)
Outras despesas operacionais		(56.706)	(30.645)
Outras despesas operacionais	27	(56.706)	(30.645)
Resultado do serviço		1.274.783	1.028.929
Resultado financeiro	28		
Receitas financeiras		305.230	278.636
Despesas financeiras		(352.163)	(355.546)
		(46.933)	(76.911)
Lucro antes dos tributos		1.227.851	952.019
Contribuição social	10	(105.224)	(80.742)
Imposto de renda	10	(285.023)	(221.760)
		(390.247)	(302.502)
Lucro líquido do exercício		837.604	649.516
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	24	0,95	0,74

⁽¹⁾ Veja nota explicativa 2.6.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	837.604	649.516
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	(610.015)	(173.247)
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	545	5.228
Resultado abrangente do exercício	228.134	481.497

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros				Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária de retenção de lucros para investimento	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão	Reserva de capital de giro				
Saldos em 31 de dezembro de 2017	923.423	179.192	48.959	109.658	404.298	-	118.321	(413.448)	-	1.370.403
Resultado abrangente total										
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	649.516	649.516
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuarias, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	(173.247)	-	(173.247)
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	14.018	(8.790)	5.228
Efeito da aplicação inicial do CPC 48	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.453)	(18.453)
Mutações internas do patrimônio líquido										
Constituição da reserva legal	-	-	32.476	-	-	-	-	-	(32.476)	-
Constituição da reserva estatutária - reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	442.645	-	-	(442.645)	-
Reversão da reserva estatutária no exercício - AGE de 27/04/2018	-	-	-	-	(404.298)	-	-	-	404.298	-
Transações de capital com os acionistas										
Aumento de capital	350.000	-	-	-	-	-	-	-	-	350.000
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.597)	(24.597)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	397.190	-	(397.190)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(129.663)	(129.663)
Aprovação da proposta de dividendo e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(118.321)	-	-	(118.321)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.273.423	179.192	81.435	109.658	-	442.645	397.190	(572.677)	-	1.910.866
Resultado abrangente total										
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	837.604	837.604
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuarias, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	(610.015)	-	(610.015)
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	545	-	545
Mutações internas do patrimônio líquido										
Constituição da reserva legal	-	-	41.880	-	-	-	-	-	(41.880)	-
Transações de capital com os acionistas										
Aumento de capital	34.950	(34.950)	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	(83.003)	(83.003)
Juros sobre o capital próprio - AGE de 31/12/2019	-	-	-	-	-	-	-	-	(136.386)	(136.386)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	576.335	-	(576.335)	-
Aprovação da proposta de dividendo e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(397.190)	-	-	(397.190)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.308.373	144.242	123.315	109.658	-	442.645	576.335	(1.182.147)	-	1.522.421

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro antes dos tributos	1.227.851	952.019
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	276.736	258.074
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	133.733	78.906
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	82.420	67.547
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	139.789	94.363
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	77.977	62.330
Perda (ganho) na baixa de não circulante	53.872	30.668
	1.992.378	1.543.907
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(376.370)	(406.191)
Tributos a compensar	(10.923)	20.860
Depósitos judiciais	98.973	138
Ativo financeiro setorial	175.042	(476.927)
Contas a receber - CDE	32.804	10.569
Outros ativos operacionais	(48.793)	(20.312)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	373.711	(436.669)
Outros tributos e contribuições sociais	(9.288)	25.210
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(93.790)	(66.610)
Taxas regulamentares	40.615	(205.151)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(264.585)	(69.428)
Contas a pagar - CDE	9.598	2.017
Outros passivos operacionais	75.453	49.017
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	1.994.825	(29.570)
Encargos de dívida e debêntures pagos	(258.019)	(186.187)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(340.617)	(266.625)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	1.396.189	(482.382)
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	(300.765)	(2.077)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	623	17.936
Adições de ativo contratual	(739.117)	(616.479)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(1.039.259)	(600.621)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	2.455.184	2.762.403
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(2.186.943)	(2.218.908)
Liquidação de operações com derivativos	47.801	304.716
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(178.214)	(100.120)
Operações de mútuo com controladas e coligadas	-	(181.305)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	137.828	566.787
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	494.758	(516.217)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	197.579	713.796
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	692.337	197.579

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	2019	2018
1 - Receita	16.853.778	15.750.133
1.1 Receita de venda de energia e serviços	16.165.239	15.162.263
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	770.959	655.417
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(82.420)	(67.547)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(9.372.165)	(8.834.157)
2.1 Custo com energia elétrica	(7.885.935)	(7.509.655)
2.2 Material	(548.091)	(457.469)
2.3 Serviços de terceiros	(632.926)	(607.582)
2.4 Outros	(305.213)	(259.450)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	7.481.613	6.915.976
4 - Retenções	(277.653)	(258.746)
4.1 Amortização	(277.653)	(258.746)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	7.203.960	6.657.231
6 - Valor adicionado recebido em transferência	321.502	295.682
6.1 Receitas financeiras	321.502	295.682
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	7.525.461	6.952.912
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	485.714	452.708
8.1.1 Remuneração direta	224.502	226.351
8.1.2 Benefícios	241.735	207.298
8.1.3 F.G.T.S	19.477	19.059
8.2 Impostos, taxas e contribuições	5.838.914	5.486.434
8.2.1 Federais	3.140.779	3.080.747
8.2.2 Estaduais	2.690.547	2.399.515
8.2.3 Municipais	7.588	6.172
8.3 Remuneração de capital de terceiros	363.230	364.254
8.3.1 Juros	360.773	361.650
8.3.2 Aluguéis	2.457	2.605
8.4 Remuneração de capital próprio	837.604	649.516
8.4.1 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto)	136.386	129.663
8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	659.337	421.787
8.4.3 Lucros retidos	41.880	98.066
	7.525.461	6.952.912

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paulista de Força e Luz (“CPFL Paulista” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte - Jardim Professora Tarcilla - CEP 13087-397, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 20 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 234 municípios do interior do Estado de São Paulo. Entre os principais estão Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto, atendendo a aproximadamente 4,6 milhões de consumidores.

Capital Circulante Líquido Negativo:

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras, capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 29.084. A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e, sua geração de caixa, bem como as projeções de lucros, suportam e viabilizam o plano de redução deste capital circulante líquido.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (“www.aneel.gov.br”) e da Companhia (“www.cpf.com.br”) a partir da data estabelecida pelo Órgão Regulador.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 04 de março de 2020.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 32 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados);
- Nota 9 – Ativo e passivo financeiro setorial (critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens);
- Nota 11 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos, nota 32);
- Nota 12 – Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 13 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 14 – Ativo contratual (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 18 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos); e
- Nota 21 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.6 Nova apresentação das demonstrações financeiras de 2018 – abertura de linhas

A partir de 2019, com o objetivo de realizar melhorias na forma de apresentação das demonstrações financeiras para monitoramento dos resultados pela Administração da Companhia, através de uma melhor análise das contas de custos e despesas, a Companhia passou a efetuar abertura das linhas de amortização nas demonstrações dos resultados.

Para fins de comparabilidade, esta mudança foi aplicada retrospectivamente conforme CPC 23, e, portanto, a Companhia está rerepresentando as demonstrações financeiras de 2018 com a mesma abertura. Não houve alterações entre as naturezas de custos e despesas.

A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras de 2018 da Companhia:

	2018		
	Originalmente publicado	Abertura de linhas	Nova apresentação
Receita operacional líquida	9.892.570	-	9.892.570
Custo do serviço			
Custo com energia elétrica	(6.769.557)	-	(6.769.557)
Custo com operação	(763.810)	-	(763.810)
Amortização	-	(227.316)	(227.316)
Outros custos com operação	-	(536.494)	(536.494)
Custo com serviço prestado a terceiros	(657.637)	-	(657.637)
Lucro operacional bruto	1.701.566	-	1.701.566
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	(284.758)	-	(284.758)
Amortização	-	(1.182)	(1.182)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(67.547)	-	(67.547)
Outras despesas com vendas	(217.211)	1.182	(216.029)
Despesas gerais e administrativas	(357.233)	-	(357.233)
Amortização	-	(29.577)	(29.577)
Outras despesas gerais e administrativas	-	(327.656)	(327.656)
Outras despesas operacionais	(30.645)	-	(30.645)
Outras despesas operacionais	-	(30.645)	(30.645)
Resultado do serviço	1.028.929	-	1.028.929
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	278.636	-	278.636
Despesas financeiras	(355.546)	-	(355.546)
	(76.911)	-	(76.911)
Lucro antes dos tributos	952.019	-	952.019
Contribuição social	(80.742)	-	(80.742)
Imposto de renda	(221.760)	-	(221.760)
	(302.502)	-	(302.502)
Lucro líquido do exercício	649.516	-	649.516

(3)SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis adotadas pela Companhia em 1º de janeiro de 2019 descritas na nota explicativa 3.14.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação e/ou liquidez diária, os quais

estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas.

3.2 Contratos de concessão

O ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada como ativo contratual, desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras de ativo contratual para as rubricas de (i) ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos e (ii) ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no valor justo, tomando por base principalmente os fatores como valor novo de reposição e atualização pelo IPCA. O ativo financeiro enquadra-se na categoria valor justo por meio do resultado, e as mudanças nos valores justos têm como contrapartida a conta de receita operacional (notas 4 e 25).

O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, tendo como contrapartida um ativo financeiro, correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais são classificados como ativo intangível, que serão amortizados pelo prazo da concessão, de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica.

Em função (i) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como a Companhia gerencia as construções, através do alto grau de terceirização, e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes, e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

3.3 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.
Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (nota 32). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- i. Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.
- ii. Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 32.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.4 Intangível e Ativo contratual

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios, direito de exploração de concessões, *softwares* e servidão de passagem.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão) em serviço em função do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica firmado pela Companhia, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.2.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 03 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 08 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aplicação dos recursos na aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

A partir de 1º de janeiro de 2018, os ativos de infraestrutura da concessão em curso da Companhia foram classificados como ativos de contrato durante o período de construção ou de melhoria de acordo com os critérios do CPC 47.

3.5 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

- Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis, tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua

obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com a CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda ("PD" - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento ("EAD" - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência ("LGD" - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

- Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida como o ágio, são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – "UGC"). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.6 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.7 Benefícios a empregados

A Companhia possui benefícios pós-emprego e planos de pensão sendo considerada Patrocinadora deste plano. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

- i. Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
- ii. Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.8 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei nº 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete a Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários, apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.9 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina de leitura (calendarização e rota de leitura) e fatura mensalmente o consumo de MWh baseada nas leituras realizadas para cada consumidor individual. Como resultado, uma parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, conseqüentemente uma estimativa é desenvolvida pela Administração e registrada como “Não Faturado”. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume

total de energia da Companhia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado;
- (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

3.10 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia. A Companhia registrou, também, créditos fiscais referentes ao benefício do intangível incorporado, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente do contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.11 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41.

3.12 Subvenção governamental - CDE

As subvenções governamentais somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários.

As subvenções recebidas via aporte da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”) (nota 25.3) referem-se à compensação de descontos concedidos com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato, nos termos do CPC 07.

3.13 Ativo e passivo financeiro setorial

Conforme modelo tarifário, as tarifas de energia elétrica da Companhia devem considerar uma receita capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando a Companhia autorizada a cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela ANEEL): (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis), e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis).

A receita da Companhia é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma através do uso da infraestrutura (rede) de distribuição. A receita da Companhia é afetada pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificável como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

3.14 Novas normas e interpretações vigentes

As seguintes normas foram emitidas e/ou revisadas pelo CPC, as quais entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2019:

a) CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil

Emitida em 13 de janeiro de 2016, estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil para os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do CPC 06 (R1), incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação. O CPC 06 (R2) é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, eliminando a antiga classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais. O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US\$ 5 mil).

Para os contratos nos quais a Companhia atua como arrendatária, como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2), em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, os valores resultantes do ativo de direito de uso, bem como do passivo de arrendamento foram imateriais e não foram registrados.

b) ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Emitida em maio de 2017, surge com o intuito de esclarecer a contabilização de posições fiscais que poderão não ser aceitas pelas autoridades fiscais relativos às matérias de IRPJ e CSLL. Em linhas gerais, o principal ponto de análise da interpretação refere-se à probabilidade de aceitação do Fisco sobre o tratamento fiscal escolhido pela Companhia.

O ICPC 22 é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou a interpretação e constatou que não houve impactos pela adoção da mesma (nota 20).

3.15 Novas normas e interpretações ainda não vigentes e não adotadas antecipadamente – revisão de Pronunciamentos técnicos n° 14 do CPC (deliberação CVM 836/19)

Novas normas e emendas às normas e interpretações dos CPCs foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras:

Definição de Negócios (Alterações no CPC 15 (R1)): essa alteração esclarece a definição de 'negócio', visando facilitar a decisão das empresas sobre como classificar a aquisição de um conjunto de atividades e de ativos entre uma combinação de negócios efetiva ou simplesmente uma aquisição de grupos de ativos.

Iniciativa de Divulgação – Definição de Material (Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23): essa alteração esclarece a definição de 'material', visando ajudar as empresas a fazer um melhor julgamento para definir se a informação sobre determinado item, transação ou outro evento deve ser divulgada nas demonstrações financeiras sem alterar substancialmente os requisitos existentes.

Com base em avaliação preliminar, a Administração acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o preço que seria recebido para a venda do ativo ou para a transferência do passivo que ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração.

- Intangível e ativo contratual

O valor justo dos itens do ativo intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A.– Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 32) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldos bancários	139.218	158.142
Aplicações financeiras	553.119	39.437
Títulos de crédito privado	553.119	39.437
Total	692.337	197.579

Títulos de crédito privado: Corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDB's no montante de R\$ 553.119 (R\$ 230 em 31 de dezembro de 2018) e (ii) operações compromissadas em debêntures no montante de R\$ 39.207 em 31 de dezembro de 2018, ambas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100,2% do CDI. O agente financeiro desta transação é o Banco Itaú.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Títulos e valores mobiliários	<u>31/12/2019</u>
Aplicação direta	300.315
Total	300.315

Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), através de cotas de fundos de investimentos, cuja remuneração é equivalente, à média de 100% do CDI, com vencimentos a partir de setembro de 2020.

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2019	31/12/2018
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	376.793	331.666	38.293	746.752	666.844
Industrial	89.674	33.812	39.761	163.247	161.419
Comercial	143.524	49.473	10.449	203.447	185.432
Rural	33.141	10.437	1.798	45.376	38.018
Poder público	42.681	9.729	1.552	53.963	45.462
Iluminação pública	36.156	3.634	1.180	40.970	38.161
Serviço público	53.977	17.034	2.275	73.287	66.002
Faturado	775.946	455.785	95.308	1.327.042	1.201.338
Não faturado	586.273	-	-	586.273	508.651
Parcelamento de débito de consumidores	90.089	18.152	17.551	125.792	114.136
Operações realizadas na CCEE	139.036	-	-	139.036	42.486
Concessionárias e permissionárias	6.787	-	-	6.787	4.426
Outros	35	-	-	35	226
	1.598.166	473.937	112.859	2.184.965	1.871.263
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(146.012)	(132.297)
Total				2.038.951	1.738.965
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	38.454	-	-	38.454	44.323
Operações realizadas na CCEE	5.003	-	-	5.003	5.003
Total	43.458	-	-	43.458	49.326

Parcelamento de débitos de consumidores - Refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores, principalmente órgãos públicos. Parte destes créditos dispõe de garantia de pagamento pelos devedores, principalmente através de repasse de arrecadação de ICMS com interveniência bancária.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrita na nota explicativa 32 – Instrumentos Financeiros, em Risco de crédito.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 12)	Total
Saldo em 31/12/2017	(116.459)	(7.567)	(124.026)
Provisão revertida (constituída) líquida	(124.027)	(136)	(124.163)
Recuperação de receita	56.616	-	56.616
Efeito da aplicação inicial do CPC 48	(27.674)	(286)	(27.960)
Baixa de contas a receber provisionadas	79.248	-	79.248
Saldo em 31/12/2018	(132.297)	(7.988)	(140.285)
Provisão revertida (constituída) líquida	(189.443)	(168)	(189.611)
Recuperação de receita	107.191	-	107.191
Baixa de contas a receber provisionadas	68.537	-	68.537
Saldo em 31/12/2019	(146.012)	(8.156)	(154.168)

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/12/2019	31/12/2018
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.346	1.338
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.346	1.338
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	6.399	9.691
ICMS a compensar	49.132	44.052
Programa de integração social - PIS	875	869
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	4.037	4.012
Outros	158	81
Outros tributos a compensar	60.601	58.705
Total circulante	61.947	60.043
<u>Não circulante</u>		
Contribuição social a compensar - CSLL	64.903	61.777
Contribuição social a compensar	64.903	61.777
ICMS a compensar	64.132	58.240
Outros tributos a compensar	64.132	58.240
Total não circulante	129.035	120.017

Imposto de renda retido na fonte – IRRF - Refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras.

Contribuição social a compensar - CSLL - No não circulante, refere-se basicamente à decisão favorável em ação judicial movida pela Companhia, transitada em julgado. A Companhia está aguardando a autorização de habilitação do crédito junto à Receita Federal para realizar sua posterior compensação.

ICMS a compensar – Refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos intangíveis e ativos financeiros.

(9) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2018			Receita operacional (nota 25)		Resultado financeiro (nota 28)	Saldo em 31/12/2019		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	770.013	113.266	883.280	402.483	(525.298)	48.251	623.225	185.489	808.716
CVA (*)									
CDE (**)	83.225	(32.145)	51.080	71.624	(49.035)	8.077	50.813	30.932	81.745
Custos energia elétrica	309.246	248.867	558.113	145.469	(348.039)	22.080	317.549	60.074	377.624
ESS e EER (***)	(308.610)	(155.720)	(464.330)	(211.881)	385.106	(21.549)	(211.236)	(101.417)	(312.653)
Proinfra	244	819	1.063	11.662	(9.030)	538	881	3.351	4.232
Rede básica	33.913	(10.642)	23.271	91.313	(13.800)	1.797	93.365	9.215	102.580
Repasse de Itaipu	560.709	130.191	690.900	408.606	(530.221)	36.648	433.484	172.449	605.934
Transporte de Itaipu	16.175	(521)	15.654	16.871	(12.551)	1.010	15.640	5.344	20.983
Neutralidade dos encargos setoriais	(26.773)	389	(26.384)	(49.601)	54.061	(1.153)	(3.370)	(19.708)	(23.078)
Sobrecontratação	101.884	(67.972)	33.913	(81.579)	(1.789)	804	(73.901)	25.249	(48.651)
Outros componentes financeiros	(76.409)	(18.881)	(95.290)	(49.017)	(3.210)	(5.479)	(160.992)	7.995	(152.996)
Total	693.604	94.385	787.989	353.466	(528.508)	42.772	462.233	193.484	655.719
Ativo circulante			665.868						652.971
Ativo não circulante			122.121						2.748

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

CVA: Referem-se às contas de variação da Parcela A, conforme nota 3.13. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Neutralidade dos encargos setoriais: Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados relativos a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras.

Sobrecontratação: As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Outros componentes financeiros: Refere-se principalmente à: (i) ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, que será amortizado quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica; (ii) recálculos de processos tarifários anteriores e (iii) efeito tarifário decorrente de acordo bilateral entre partes signatárias de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR.

(10) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1 - Composição dos créditos fiscais:

	31/12/2019	31/12/2018
<u>Crédito de contribuição social</u>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	36.620	41.246
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	73.381	25.177
Subtotal	110.002	66.423
<u>Crédito de imposto de renda</u>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	101.723	114.572
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	203.840	69.938
Subtotal	305.562	184.510
Total	415.565	250.933

10.2 - Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. Nos exercícios de 2019 e 2018, a taxa anual de amortização aplicada foi de 3,0%.

10.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	31/12/2019		31/12/2018	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	16.198	44.995	21.995	61.099
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13.875	38.542	12.626	35.071
Provisão energia livre	7.206	20.017	6.859	19.054
Programas de P&D e eficiência energética	17.564	48.788	15.005	41.679
Provisão relacionada a pessoal	2.139	5.941	1.878	5.216
Derivativos	(9.608)	(26.689)	(13.541)	(37.613)
Registro da concessão - ajuste do intangível	(2.021)	(5.615)	(2.277)	(6.324)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(76.992)	(213.865)	(68.267)	(189.631)
Perdas atuariais	21.612	60.035	21.612	60.035
Marcação a Mercado - Derivativos	(1.114)	(3.095)	935	2.598
Marcação a Mercado - Dívidas	1.545	4.291	(352)	(977)
Outros	(2.644)	(7.346)	865	2.403
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais	87.609	243.358	29.750	82.639
Marcação a Mercado - Derivativos	(10)	(27)	(9)	(25)
Marcação a Mercado - Dívidas	(1.976)	(5.490)	(1.903)	(5.285)
Total	73.381	203.840	25.177	69.938

10.4 – Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido. Sua composição é como segue:

Expectativa de recuperação

2020	76.819
2021	68.739
2022	55.128
2023	33.010
2024	33.010
2025 a 2027	499.515
Total	766.222

10.5 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2019 e 2018:

	2019		2018	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	1.227.851	1.227.851	952.019	952.019
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Realização correção monetária complementar	1.207	-	1.623	-
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(4.763)	(4.763)	(4.749)	(4.749)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	73.428	73.428	72.260	72.260
Juros sobre o capital próprio	(136.386)	(136.386)	(129.663)	(129.663)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	7.823	(20.039)	5.650	(2.828)
Base de cálculo	1.169.160	1.140.091	897.140	897.039
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Total	(105.224)	(285.023)	(80.742)	(221.760)
Corrente	(91.018)	(245.563)	(74.072)	(202.991)
Diferido	(14.206)	(39.460)	(6.670)	(18.769)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

Realização correção monetária complementar - Refere-se à depreciação da parcela de custo incremental da correção monetária complementar instituída pela Lei nº 8.200/1990, não dedutível para fins de apuração da contribuição social.

A despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no resultado do exercício de R\$ 53.666 (R\$ 25.439 em 2018) referem-se a (i) benefício fiscal do intangível incorporado R\$ 17.475 (R\$ 17.475 em 2018); (ii) diferenças temporárias R\$ 36.191 (receita R\$ 10.095) e (iii) prejuízo fiscal e base negativa R\$ 18.059 em 2018.

10.6 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2019 e 2018 foram os seguintes:

	2019		2018	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Perdas (ganhos) atuariais	753.744	753.744	220.573	220.573
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	74.849	74.849	-	-
Base de cálculo	828.593	828.593	220.573	220.573
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	(74.573)	(207.148)	(19.852)	(55.143)
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	16.714	46.429	7.324	20.345
Tributos em outros resultados abrangentes sobre perdas atuariais	(57.859)	(160.719)	(12.527)	(34.798)
Risco de crédito de marcação a mercado de passivos financeiros	(826)	(826)	(21.240)	(21.240)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados sobre o risco de crédito	74	207	1.912	5.310
Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(57.785)	(160.512)	(10.615)	(29.488)

(11) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2017	2.626.291
Transferência - ativo contratual	286.732
Transferência - Intangível em serviço	(22.739)
Ajuste ao valor justo	151.930
Baixas	(15.433)
Saldo em 31/12/2018	3.026.780
Transferência - ativo contratual	403.916
Transferência - Intangível em serviço	115
Ajuste ao valor justo	103.040
Baixas	(12.683)
Saldo em 31/12/2019	3.521.168

O saldo refere-se ao ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão, mensurados a valores justos.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição “VNR” – nota 4), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 25) no resultado do exercício.

Em 2019, o saldo de baixas de R\$ 12.683 (R\$ 15.433 em 2018) refere-se a baixa da atualização relacionada ao ativo de R\$ 6.102 (R\$ 5.978 em 2018) e a baixa do ativo de R\$ 6.581 (R\$ 9.455 em 2018).

(12) OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamentos - Fundação CESP	7.110	2.748	5.751	5.751
Cauções, fundos e depósitos vinculados	-	759	775	-
Ordens em curso	44.884	50.544	-	-
Serviços prestados a terceiros	11.602	6.110	-	-
Bens destinados a alienação	-	-	573	573
Despesas antecipadas	24.846	29.135	1.565	3.450
Contas a receber - CDE	59.163	91.967	-	-
Adiantamentos a funcionários	5.605	5.982	-	-
Outros	37.764	48.076	1.361	1.282
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(8.156)	(7.988)	-	-
Total	182.818	227.333	10.025	11.056

Cauções, fundos e depósitos vinculados - Garantias oferecidas para operações na CCEE e aplicações financeiras exigidas por contratos de financiamento.

Ordens em curso - Compreende custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética (“PEE”) e Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar (nota 22).

Despesas antecipadas - Refere-se antecipação de despesas com licença *software*, IPTU, PROINFA e quota CDE.

Contas a receber – CDE – Refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 7.395 (R\$ 5.396 em 31 de dezembro de 2018), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 51.760 (R\$ 86.533 em 31 de dezembro de 2018) e (iii) descontos tarifários - liminares no montante de R\$ 8 (R\$ 38 em 31 de dezembro de 2018) (nota 25.3).

(13) INTANGÍVEL

	Direito de concessão			Total
	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Infraestrutura de distribuição em curso	Outros ativos intangíveis	
Saldo em 31/12/2017	1.876.488	293.007	2.107	2.171.601
Custo histórico	5.489.460	293.007	8.061	5.790.528
Amortização acumulada	(3.612.972)	-	(5.954)	(3.618.927)
Amortização	(258.402)	-	(344)	(258.746)
Transferência - ativo contratual	199.605	-	-	199.605
Transferência - ativo financeiro	22.739	-	-	22.739
Baixa e transferência - outros ativos	(18.286)	-	-	(18.286)
Adoção CPC 47	-	(293.007)	-	(293.007)
Saldo em 31/12/2018	1.822.144	-	1.763	1.823.907
Custo histórico	5.563.906	-	8.061	5.571.967
Amortização acumulada	(3.741.762)	-	(6.298)	(3.748.060)
Amortização	(277.309)	-	(344)	(277.653)
Transferência - ativo contratual	343.348	-	-	343.348
Transferência - ativo financeiro	(115)	-	-	(115)
Baixa e transferência - outros ativos	(9.543)	-	-	(9.543)
Saldo em 31/12/2019	1.878.525	-	1.419	1.879.943
Custo histórico	5.810.955	-	8.061	5.819.016
Amortização acumulada	(3.932.430)	-	(6.642)	(3.939.072)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de “amortização”.

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção, para os ativos qualificáveis. No exercício de 2019 foram capitalizados R\$ 9.952 a uma taxa média de 8,09%. Em 2018 foram capitalizados R\$ 6.459 a uma taxa média de 7,50% a.a. até abril de 2018 e 8,09% a.a. a partir de maio de 2018 (nota 28).

Teste de redução ao valor recuperável

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

Para os exercícios de 2019 e 2018, com base na avaliação mencionada de eventuais indicativos, não houve necessidade de provisão de recuperação.

(14) ATIVO CONTRATUAL

Saldo em 31/12/2017	-
Adoção CPC 47 (nota 3)	293.007
Adições	623.609
Transferência - intangíveis em serviço	(199.605)
Transferência - ativo financeiro	<u>(286.732)</u>
Saldo em 31/12/2018	430.279
Adições	749.986
Transferência - intangíveis em serviço	(343.348)
Transferência - ativo financeiro	<u>(403.916)</u>
Saldo em 31/12/2019	433.001

Referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

(15) FORNECEDORES

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Encargos de serviço do sistema	954	26.427
Suprimento de energia elétrica	927.087	654.111
Encargos de uso da rede elétrica	107.958	83.546
Materiais e serviços	246.351	151.191
Energia livre	117.973	111.337
Total	1.400.323	1.026.612

(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Saldo em 31/12/2017</u>	<u>Captação</u>	<u>Amortização principal</u>	<u>Encargos, atualização monetária e marcação a mercado</u>	<u>Atualização cambial</u>	<u>Encargos pagos</u>	<u>Saldo em 31/12/2018</u>
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pré Fixado	214.879	-	(51.526)	6.509	-	(6.624)	163.238
Pós Fixado							
TJLP/ TLP	158.211	405.000	(66.150)	11.157	-	(10.537)	497.681
Selic	32.687	-	(7.931)	2.612	-	(770)	26.597
Outros	2.410	-	(513)	127	-	(129)	1.895
Total ao custo	408.187	405.000	(126.120)	20.405	-	(18.060)	689.412
Gastos com captação (*)	(5.364)	(10.818)	-	3.695	-	-	(12.487)
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	1.823.241	800.700	(1.666.538)	46.734	227.779	(48.303)	1.183.614
Euro	-	188.500	-	504	(2.266)	(361)	186.378
Marcação a mercado	(18.985)	-	-	(6.063)	-	-	(25.048)
Total ao valor justo	1.804.257	989.200	(1.666.538)	41.175	225.513	(48.664)	1.344.944
Total	2.207.079	1.383.382	(1.792.658)	65.275	225.513	(66.724)	2.021.868
Circulante	1.351.141						372.081
Não Circulante	855.938						1.649.787

Modalidade	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2019
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pré Fixado	163.238	-	(49.931)	4.638	-	(4.697)	113.249
Pós Fixado							
TJLP	92.622	-	(63.668)	5.212	-	(5.164)	29.002
IPCA	405.059	100.000	-	34.989	-	(21.342)	518.705
Selic	26.597	-	(8.431)	1.961	-	(607)	19.521
CDI	-	351.000	(351.000)	21.360	-	(21.360)	-
Outros	1.895	-	(501)	98	-	(108)	1.385
Total ao custo	689.412	451.000	(473.531)	68.258	-	(53.278)	681.862
Gastos com captação (*)	(12.487)	(2.228)	-	2.436	-	-	(12.279)
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	1.183.614	627.814	(254.662)	40.883	25.926	(39.749)	1.583.826
Euro	186.378	-	-	1.517	3.214	(1.510)	189.598
Marcação a mercado	(25.048)	-	-	20.253	-	-	(4.795)
Total ao valor justo	1.344.944	627.814	(254.662)	62.653	29.140	(41.259)	1.768.629
Total	2.021.868	1.076.586	(728.193)	133.347	29.140	(94.537)	2.438.212
Circulante	372.081						1.032.937
Não circulante	1.649.787						1.405.276

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		31/12/2019	31/12/2018	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo - Moeda Nacional						
Pré fixado						
FINEM	Pré fixado de 2,5% a 8%	(a)	113.249	154.788	2011 a 2024	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
FINAME	Pré fixado de 4,5%		-	8.450	2012 a 2019	Fiança da CPFL Energia
			113.249	163.238		
Pós fixado						
TJLP						
FINEM	TJLP + de 2,06% a 3,08%	(b)	29.002	92.622	2012 a 2022	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
			29.002	92.622		
IPCA						
FINEM	IPCA + 4,74%	(b)	518.705	405.059	2020 a 2027	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
			518.705	405.059		
SELIC						
FINEM	SELIC + 2,62% a 2,66%	(c)	19.521	26.597	2016 a 2022	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
			19.521	26.597		
Outros						
Outros	RGR (6% a 6,5%)		1.385	1.895	2013 a 2022	Recebíveis e notas promissórias
Total moeda nacional			681.862	689.412		
Gastos com captação (*)			(12.279)	(12.487)		
Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira						
Dólar						
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + de 0,8% a 1,55%		363.879	599.290	2017 a 2021	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + 1,96% a 3,66%		1.219.947	584.324	2020 a 2023	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
			1.583.826	1.183.614		
Euro						
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + 0,79%		189.598	186.378	2022	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado			(4.795)	(25.048)		
Total moeda estrangeira			1.768.629	1.344.944		
Total			2.438.212	2.021.868		

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 32.

Taxa efetiva:

(a) De 30% a 70% do CDI

(b) De 60% a 110% do CDI

(c) De 100% a 130% do CDI

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia em consonância com o CPC 48 classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 31 de dezembro de 2019 os ganhos acumulados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 4.795 (ganho de R\$ 25.048 em 31 de dezembro de 2018) acrescidos dos ganhos obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 12.487 (perda de R\$ 10.292 em 31 de dezembro de 2018), contratados para proteção da variação cambial (nota 32), geraram um ganho total líquido de R\$ 17.282 (R\$ 14.756 em 31 de dezembro de 2018).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	
2021	177.281
2022	597.923
2023	376.108
2024	70.308
2025	69.127
2026 e 2027	110.929
Subtotal	1.401.675
Marcação a mercado	3.602
Total	1.405.277

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

<u>Indexador</u>	<u>Varição acumulada % a.a.</u>		<u>% da dívida</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
TJLP	6,30	6,72	1,19	4,58
IPCA	4,20	3,69	21,27	20,03
CDI	5,97	6,40	72,54	66,52
Outros			5,00	8,87
			100,00	100,00

Adições no exercício:

Modalidade	Total aprovado	Montantes liberados		Pagamento de juros	Amortização principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual
		em 2019	Líquido dos gastos de captação					
Moeda Nacional								
IPCA								
FINEM	953.392	100.000	98.123	Mensal	Mensal a partir de abril de 2020	Investimento	IPCA + 4,74%	IPCA + 5,43%
CDI								
Nota Promissória	351.000	351.000	350.649	Parcela única com principal	Parcela única em dezembro de 2019	Capital de Giro	103,4% do CDI	104,95% do CDI
Moeda Estrangeira								
Dólar								
Lei 4.131	309.814	309.814	309.814	Semestral	Parcela única em setembro de 2020	Capital de Giro	USD + 2,17%	USD + 2,17%
Lei 4.131	318.000	318.000	318.000	Semestral	Parcela única em setembro de 2020	Capital de Giro	USD + 1,96%	USD + 1,96%
	<u>1.932.206</u>	<u>1.078.814</u>	<u>1.076.586</u>					

Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A. e da controladora indireta State Grid Brazil Power Participações S.A.. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2019.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a um índice que varia entre 3,50 e 3,75.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,9.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

Índice exigido nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power Participações S.A. ("State Grid Brazil")

- Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total (desconsiderando os efeitos do IFRIC 12/OCPC 01) maior ou igual a 0,3.

A definição de EBITDA na Companhia, para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela controladora CPFL Energia (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2019.

(17) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2017	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2018
Pós fixado						
CDI	522.134	1.380.000	(426.250)	119.672	(89.992)	1.505.564
IPCA	710.687	-	-	61.145	(29.471)	742.361
Total ao custo	1.232.821	1.380.000	(426.250)	180.817	(119.463)	2.247.926
Gastos com captação (*)	(14.957)	(979)	-	1.987	-	(13.950)
Total	1.217.864	1.379.021	(426.250)	182.804	(119.463)	2.233.976
Circulante	148.921					82.310
Não circulante	1.068.942					2.151.666

Modalidade	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2019
Mensurados ao custo - Pós fixado						
CDI	1.505.564	1.380.000	(1.458.750)	88.430	(129.401)	1.385.843
IPCA	742.361	-	-	62.426	(34.081)	770.706
Total ao custo	2.247.926	1.380.000	(1.458.750)	150.856	(163.482)	2.156.549
Gastos com captação (*)	(13.950)	(1.402)	-	2.786	-	(12.566)
Total	2.233.976	1.378.598	(1.458.750)	153.642	(163.482)	2.143.984
Circulante	82.310					16.081
Não circulante	2.151.666					2.127.903

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de emissão diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		31/12/2019	31/12/2018	Faixa de vencimento	Garantia
Mensurados ao custo - Pós fixado						
CDI	107% do CDI	(a)	1.385.843	1.505.564	2023 a 2024	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + de 4,42% a 5,05%	(b)	770.706	742.361	2022 a 2027	Fiança da CPFL Energia
	Total		2.156.549	2.247.926		
	Gastos com captação (*)		(12.566)	(13.950)		
	Total		2.143.984	2.233.976		

Taxa efetiva a.a.:

(a) 107,84% do CDI

(b) IPCA + 4,84% a 5,30%

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de emissão diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2022	232.273
2023	876.223
2024	881.637
2025	45.780
2026 e 2027	91.990
Total	2.127.903

Adições no exercício:

Modalidade	Emissão	Quantidade emitida	Montantes liberados		Pagamento de juros	Amortização principal	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Destinação do recurso
			em 2019	Líquido dos gastos de captação					
Moeda nacional - CDI									
Debêntures	10ª emissão	1.380.000	1.380.000	1.378.598	Semestral	2 Parcelas anuais a partir de Mai/2023	107% do CDI	107,84% do CDI	(a)

(a) Plano de investimentos, refinanciamento de dívidas e reforço de capital de giro

Pré-pagamento

Em 2019, foram liquidados antecipadamente R\$ 1.432.500 de debêntures cujos vencimentos originais eram de dezembro de 2020 a fevereiro de 2021.

Condições restritivas:

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2019.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2019.

(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados conforme abaixo:

18.1 – Características:

Atualmente vigora, para os funcionários um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

- a) Plano de Benefício Definido (“BD”) - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício saldado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.
- b) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:
- Os benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia, e
 - As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável, que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Adicionalmente, para os gestores da Companhia há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

18.2 – Movimentações dos planos de benefício definido:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	6.164.035	5.123.238
Valor justo dos ativos do plano	(4.517.265)	(4.215.433)
Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos	1.646.770	907.805
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo (<i>asset ceiling</i>)	74.849	-
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	1.721.619	907.805

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos e passivos do plano são como segue:

	<u>Passivo</u>	<u>Ativo</u>
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2017	4.615.061	(3.925.063)
Custo do serviço corrente bruto	835	-
Rendimento esperado no exercício	-	(359.588)
Juros sobre obrigação atuarial	421.083	-
Contribuições de participantes vertidas no exercício	24	(24)
Contribuições de patrocinadoras	-	(65.096)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	(264.569)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	485.142	-
Benefícios pagos no exercício	(398.907)	398.907
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2018	5.123.238	(4.215.433)
Custo do serviço corrente bruto	925	-
Rendimento esperado no exercício	-	(372.121)
Juros sobre obrigação atuarial	449.173	-
Contribuições de patrocinadoras	-	(92.756)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	(280.404)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(2.900)	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	1.037.048	-
Benefícios pagos no exercício	(443.449)	443.449
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2019	6.164.035	(4.517.265)

18.3 - Movimentações dos passivos registrados:

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	31/12/2019	31/12/2018
Passivo atuarial líquido no início do ano	907.805	689.998
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	77.977	62.330
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	(92.756)	(65.096)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(280.404)	(264.569)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(2.900)	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	1.037.048	485.142
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	74.849	-
Passivo atuarial líquido no final do ano	1.721.618	907.805
Outras contribuições	11.890	12.924
Total passivo	1.733.508	920.729
Circulante	191.234	64.647
Não circulante	1.542.274	856.082

18.4 - Contribuições e benefícios esperados:

As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2020 são estimadas no montante de R\$ 121.055.

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

<u>Ano de pagamento</u>	
2020	436.163
2021	448.553
2022	460.445
2023	471.438
2024 a 2027	<u>3.017.325</u>
Total	<u>4.833.924</u>

Em 31 de dezembro de 2019, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 10,3 anos.

18.5 - Reconhecimento das despesas e receitas com entidade de previdência privada:

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2020 e as despesas reconhecidas em 2019 e 2018, são como segue:

	2020	2019	2018
	<u>Estimadas</u>	<u>Realizadas</u>	<u>Realizadas</u>
Custo do serviço	1.533	925	835
Juros sobre obrigações atuariais	441.784	449.173	421.083
Rendimento esperado dos ativos do plano	(323.926)	(372.121)	(359.588)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	5.561	-	-
Total da despesa (receita)	<u>124.952</u>	<u>77.977</u>	<u>62.330</u>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	7,43% a.a.	9,10% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	7,43% a.a.	9,10% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,56% a.a.	5,56% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para as taxas nominais acima):	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca (-30)	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

18.6 - Ativos do plano:

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, administrados pela Fundação CESP. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2020, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2019.

A composição dos ativos administrados pelo plano é como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Renda fixa	75%	77%
Títulos públicos federais	61%	55%
Títulos privados (instituições financeiras)	1%	3%
Títulos privados (instituições não financeiras)	-	1%
Fundos de investimento multimercado	4%	4%
Outros investimentos de renda fixa	9%	15%
Renda variável	17%	15%
Fundos de investimento em ações	17%	15%
Investimentos estruturados	4%	2%
Fundos de investimento multimercado	4%	2%
Cotados em mercado ativo	96%	94%
Imóveis	3%	3%
Operações com participantes	1%	1%
Outros ativos	-	1%
Depósitos judiciais e outros	-	1%
Não cotados em mercado ativo	4%	6%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano.

	<u>Meta 2020</u>
Renda fixa	61,3%
Renda variável	24,9%
Imóveis	3,6%
Empréstimos e financiamentos	1,9%
Investimentos no exterior	8,4%
	100,0%

A meta de alocação para 2020 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da FUNCESP efetuada ao final de 2019 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2020, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para a FUNCESP atingir os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de *Asset Liability Management* – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) do plano previdenciário administrado pela Fundação.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativos, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez de cada plano, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos do plano, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial do plano e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos do plano previdenciário para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais do plano de benefício.

18.7 - Análise de sensibilidade:

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação do benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33.

- Se a taxa de desconto nominal fosse 0,25 pontos percentuais mais baixos (alta), a obrigação de benefício teria aumento de R\$ 160.456 (redução de R\$ 153.552).
- Se a tábua biométrica de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria uma redução de R\$ 169.890 (aumento de R\$ 169.223).

A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 7,43% a.a.. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 7,18% e 7,68% a.a..

A premissa utilizada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10). As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

18.8 - Risco de investimento:

O plano de benefício da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo

atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos.

O plano de benefício da Companhia têm sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, que inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da FUNCESP o que ocorre ao menos trimestralmente.

A Fundação CESP utiliza, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco ("VaR"), *Tracking Risk*, *Tracking Error* e Teste de Perda em Cenário de Estresse ("*Stress Test*").

A Política de Investimentos da FUNCESP determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelece a estratégia do plano, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

(19) TAXAS REGULAMENTARES

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	1.027	884
Bandeiras tarifárias e outros	<u>102.000</u>	<u>61.529</u>
Total	<u>103.027</u>	<u>62.412</u>

Bandeiras tarifárias e outros – Refere-se basicamente a bandeira tarifária faturada em novembro e dezembro de 2019 e 2018 e ainda não homologadas pela Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias ("CCRBT").

(20) OUTROS IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	2.503	8.210
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	5.213	1.957
Imposto de renda e contribuição social a recolher	<u>7.716</u>	<u>10.167</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	207.390	225.908
Programa de integração social - PIS	11.856	10.678
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	54.902	49.272
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	20.458	-
Outros	14.906	14.069
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	<u>309.512</u>	<u>299.927</u>
Total	<u>317.228</u>	<u>310.094</u>

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 21 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.

(21) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	104.026	25.581	80.522	26.916
Cíveis	58.484	20.767	65.450	36.928
Fiscais				
FINSOCIAL	-	-	39.727	99.146
Imposto de renda	-	271.570	-	237.513
Outras	4.591	78.459	85.391	73.592
	<u>4.591</u>	<u>350.029</u>	<u>125.118</u>	<u>410.251</u>
Outros	2.881	-	2.814	-
Total	<u><u>169.982</u></u>	<u><u>396.377</u></u>	<u><u>273.904</u></u>	<u><u>474.095</u></u>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2019
Trabalhistas	80.522	31.555	(9.708)	(12.231)	13.888	104.026
Cíveis	65.450	46.303	(8.005)	(54.201)	8.936	58.484
Fiscais	125.118	103.166	(46.632)	(197.513)	20.450	4.591
Outros	2.814	696	(152)	(640)	163	2.881
Total	<u><u>273.904</u></u>	<u><u>181.721</u></u>	<u><u>(64.498)</u></u>	<u><u>(264.585)</u></u>	<u><u>43.439</u></u>	<u><u>169.982</u></u>

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

a. **Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).

b. **Cíveis:**

Danos pessoais - Refere-se, principalmente, a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.

Majoração tarifária - Corresponde a vários pleitos de consumidores industriais, devido a reajustes impostos pelas Portarias DNAEE n.ºs. 38 e 45, de 27 de fevereiro e 04 de março de 1986, respectivamente, quando estava em vigor o congelamento de preços do "Plano Cruzado".

c. **Fiscais:**

Refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrentes das operações dos negócios da Companhia, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e PIS e COFINS.

Com relação ao PIS e COFINS, a Companhia ajuizou ação judicial objetivando discutir a aplicação do Decreto n.º 8.426/15, que majorou as respectivas alíquotas incidentes sobre as receitas financeiras de 0% para 4,65%. Tendo sido acolhido seu pedido liminar para suspender a exigibilidade dos referidos tributos, a Companhia vem, desde então, provisionando os valores que

deixaram de ser recolhidos à Receita Federal do Brasil por força da referida liminar. Em setembro de 2019 com a cassação da liminar que suspendeu a exigibilidade do recolhimento do PIS e COFINS incidente sobre as receitas financeiras, a Companhia efetuou, no prazo de 30 dias após a ciência da decisão, o recolhimento do montante de R\$ 92.883.

FINSOCIAL – Refere-se a questionamento judicial quanto à majoração de alíquota e cobrança do FINSOCIAL no período de junho de 1989 a outubro de 1991. A Companhia CPFL Paulista ingressou com ação rescisória para discutir a decisão proferida em ação ordinária sobre a legitimidade da cobrança das majorações das alíquotas do FINSOCIAL no período de junho de 1989 a outubro de 1991, as quais foram declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para empresas que não são exclusivamente prestadora de serviços, situação em que se enquadra a Companhia, e que, portanto, deveria haver o recolhimento à alíquota de 0,5%.

Na época do ajuizamento da ação ordinária, a Companhia efetuou depósito judicial integral do valor considerado devido de FINSOCIAL (0,5%) e suas majorações (alíquotas de 1%, 1,2% e 2%).

Após decisão final do STF na ação rescisória da Companhia, ficou decidido que esta deveria retornar à instância inferior para comprovar sua condição de empresa vendedora de mercadorias. Desta forma, a Companhia apresentou manifestação requerendo o reconhecimento como tal e, conseqüentemente, o levantamento parcial do depósito judicial em seu favor, no que se refere ao valor da majoração das alíquotas (montante que ultrapassa 0,5%). Todavia, o judiciário entendeu por indeferir nossos pedidos e determinou o prosseguimento da ação, com a conseqüente conversão em renda da totalidade dos valores depositados em novembro de 2019.

d. **Outros:**

São principalmente ações relacionadas à natureza regulatória.

Perdas possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estavam assim representadas:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>Principais causas</u>
Trabalhistas	145.798	175.800	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	535.131	456.393	Danos pessoais e majoração tarifária
Fiscais	1.624.938	1.299.827	Imposto de Renda e Contribuição Social (nota 20)
Fiscais - outros	448.673	411.781	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	17.215	14.876	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	<u>2.771.754</u>	<u>2.358.677</u>	

Fiscais – Um dos principais temas se refere a discussões sobre a dedutibilidade para imposto de renda das despesas reconhecidas em 1997 referente à novação de dívida relativa ao plano de pensão dos funcionários da Companhia perante a Fundação CESP (“FUNCESP”) no montante estimado de R\$ 1.478.266, havendo depósitos judiciais no valor de R\$ 22.264 e garantias financeiras (seguros e fianças bancárias), nos termos exigidos pela legislação processual. Adicionalmente, discute-se juros que incidiram sobre depósito judicial levantado pela Companhia no montante de R\$ 248.725 e que se encontram depositados em juízo. Em 23 de maio, 06 de junho e 17 de setembro de 2019, o recurso especial do principal processo foi julgado perante a Segunda Turma de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de maneira desfavorável para a Companhia. A decisão ainda não foi publicada em seu integral teor, podendo a Companhia quando tiver acesso ao acórdão avaliar os recursos pertinentes ainda no âmbito do STJ. Adicionalmente, a Companhia possui um recurso extraordinário em fase inicial de tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF). Conseqüentemente, com base no atual estágio de tramitação do processo, tanto no STJ quanto no STF e com base na opinião de seus assessores legais, a Companhia permanece confiante nos fundamentos jurídicos apresentados e continuará os defendendo perante o Poder Judiciário, mantendo o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável, tendo no STF uma nova oportunidade de análise para o caso, focadamente constitucional, com robustos fundamentos, a

indicar significativa viabilidade de êxito dos recursos extraordinários, bem como continuará tentando evitar possíveis saídas de caixa caso venha a ser requerida a substituir as garantias financeiras existentes por depósito em dinheiro.

Trabalhistas - No tocante às contingências trabalhistas, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente há decisão do STF que suspende a alteração levada a efeito pelo TST, a qual pretendia alterar o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR") pelo IPCA-E. A Suprema Corte considerou que a decisão do TST conferiu interpretação extensiva ilegítima e descumpriu a modulação de efeitos de precedentes anteriores, além de usurpar sua competência para decidir matéria constitucional. Diante de tal decisão, e até que haja decisão definitiva publicada pelo STF, continua válido o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR"), o qual tem sido reconhecido pelo TST em decisões recentes. Desta forma, a Administração da Companhia considera como possível o risco de eventuais perdas, e, em função do assunto ainda demandar definição por parte do Judiciário, não é possível estimar com razoável segurança os montantes envolvidos. Adicionalmente de acordo com a Lei n.º 13.467, de 11 de novembro de 2017, a TR é o índice de correção da justiça do trabalho a partir da vigência da norma.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(22) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Consumidores e concessionárias	43.998	36.651	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	96.089	67.959	46.839	70.067
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	26.380	40.229	55.439	24.038
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	21.803	16.757	-	-
Adiantamentos	6.181	5.068	455	309
Descontos tarifários - CDE	11.615	2.017	-	-
Juros sobre empréstimo compulsório	161	136	-	-
Folha de pagamento	5.614	5.144	-	-
Participação nos lucros	25.915	22.503	4.339	3.824
Convênios de arrecadação	46.439	40.188	-	-
Outros	8.576	9.107	1.616	136
Total	292.770	245.759	108.688	98.374

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

Consumidores e concessionárias: As obrigações com consumidores referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos além de participações de consumidores no Programa de Universalização.

Programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento: A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização.

Adiantamentos: Referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços.

Descontos tarifários – CDE: Refere-se à diferença entre o desconto tarifário concedido aos consumidores e os valores recebidos via CDE.

Participação nos lucros: Em conformidade com o acordo coletivo de trabalho, a Companhia implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

Convênios de arrecadação: Referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

(23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S.A	880.653.030	880.653.030	100,00
Ações em tesouraria	1	1	-
Total	880.653.031	880.653.031	100,00

23.1 Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores, do mercado e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e bem como a estratégia de subida de dividendos da Companhia para os controladores.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2019, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 2,42 vezes o EBITDA ao final de 2019, no critério de medição dos *covenants* financeiros da Companhia, menor do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 3,5, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

23.2 – Aumento de capital

Na AGE de 29 de abril de 2019, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 34.950, referente capitalização do benefício fiscal do ágio apurado nos exercícios de 2017 e 2018 sem emissão de novas ações.

23.3 - Dividendo e Juros sobre capital próprio (“JCP”)

Na AGE de 29 de abril de 2019 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2018, através de (i) declaração de dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 24.597, atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,027930064; (ii) dividendo adicional proposto no montante de R\$ 397.190, atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,451017274 e (iii) juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 129.663, atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,147235563 (R\$ 0,125150228 líquido dos efeitos tributários) declarado em novembro de 2018.

Na AGE de 31 de dezembro de 2019 foi aprovado a destinação de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 136.386, atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,154869165 (R\$ 0,131639031 líquido dos efeitos tributários) a serem atribuídos aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2019.

Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2019:

- dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76 no montante de R\$ 83.003, sendo atribuído para cada ação o valor de R\$ 0,094251211.
- declaração de dividendo adicional proposto no montante de R\$ 576.335, atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,654440307.

No exercício de 2019, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 178.214 sendo R\$ 68.000 referente a dividendos e R\$ 110.214 de juros sobre o capital próprio.

23.4 - Reserva de capital

Refere-se basicamente ao benefício fiscal do intangível incorporado oriundo da incorporação da antiga controladora DOC 4, conforme mencionado na nota 10.2.

23.5 - Reserva de lucros

É composta por:

- (i) Reserva legal no montante de R\$ 123.315;
- (ii) Reserva de retenção de lucros para investimentos no montante de R\$ 109.658;
- (iii) Reserva estatutária – reforço de capital de giro de R\$ 442.645.

23.6 – Resultado abrangente acumulado

É composto por:

- (i) entidade de previdência privada com saldo devedor de R\$ 1.196.710 (líquido de imposto de renda e contribuição social), de acordo com o CPC 33 (R2);
- (ii) efeitos do risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros com saldo credor de R\$ 14.563 (líquido de imposto de renda e contribuição social), de acordo com o CPC 48.

23.7 – Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	837.604
Reserva legal	(41.880)
Juros sobre capital próprio	(136.386)
Dividendo mínimo obrigatório	(83.003)
Dividendo adicional proposto	(576.335)

(24) LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	837.604	649.516
Denominador		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	880.653.031	880.653.031
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	0,95	0,74

Nos exercícios de 2019 e 2018 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

(25) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de Consumidores		GWh		R\$ mil	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	4.184.577	4.099.029	9.888	9.426	6.944.361	6.029.255
Industrial	27.634	28.457	2.420	2.548	1.472.695	1.482.939
Comercial	244.430	245.316	4.325	4.210	2.839.722	2.573.768
Rural	81.768	81.620	1.241	1.264	510.330	458.152
Poderes públicos	28.358	27.827	733	730	449.970	414.286
Iluminação pública	8.566	8.529	1.010	1.002	410.138	377.005
Serviço público	5.038	4.888	1.246	1.270	661.946	628.423
Fornecimento faturado	4.580.371	4.495.666	20.862	20.450	13.289.161	11.963.827
Consumo próprio	452	475	21	21	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	59.474	52.840
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(5.577.844)	(4.462.163)
Fornecimento de energia elétrica	4.580.823	4.496.141	20.884	20.471	7.770.791	7.554.504
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas			1.205	69	200.359	20.946
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			-	-	(8.978)	(6.722)
Energia elétrica de curto prazo			2.021	861	471.876	297.983
Suprimento de energia elétrica			3.225	931	663.257	312.207
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					5.586.822	4.468.886
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					1.536.499	1.264.966
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos					(21.344)	(13.932)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					770.959	655.417
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9)					(175.042)	641.124
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)					96.938	145.952
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares					544.223	547.366
Outras receitas e rendas					163.095	241.190
Outras receitas operacionais					8.502.150	7.950.969
Total da receita operacional bruta					16.936.198	15.817.680
Deduções da receita operacional						
ICMS					(2.688.890)	(2.398.068)
PIS					(260.351)	(248.060)
COFINS					(1.255.538)	(1.142.581)
ISS					(466)	(383)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(1.698.321)	(1.870.272)
Programa de P & D e eficiência energética					(98.769)	(90.673)
PROINFA					(84.284)	(72.259)
Bandeiras tarifárias e outros					(106.989)	(92.783)
Outros					(11.893)	(10.031)
					(6.205.501)	(5.925.110)
Receita operacional líquida					10.730.696	9.892.570

25.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

No procedimento de regulação tarifária (“Proret”), no submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela REN ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, devem ser contabilizadas como obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária. Para a Companhia em função do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, a partir de novembro de 2017, essa obrigação especial passou a ser amortizada, e os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser apropriados em ativos e passivos financeiros setoriais e somente serão amortizados quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica, conforme dispõe o submódulo 2.1 Procedimentos Gerais do PRORET.

Em 07 de fevereiro de 2012, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (“ABRADEE”) conseguiu a suspensão dos efeitos da REN nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADEE. A Companhia está aguardando o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Esses valores foram provisionados como (i) passivos financeiros setoriais e (ii) obrigações especiais as quais estão sendo amortizadas e apresentadas líquido no ativo intangível da concessão, em atendimento ao CPC 25.

25.2 – Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) e Revisão Tarifária Periódica (“RTP”)

Em 02 de abril de 2019, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.526, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 08 de abril de 2019, em 12,02%, sendo 2,95% referentes ao reajuste tarifário econômico e 9,07% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 8,66%.

Em 03 de abril de 2018, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.381, relativo a quarta revisão tarifária periódica - RTP, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 08 de abril de 2018, em 12,68%, sendo 8,67% referentes ao reajuste tarifário econômico e 4,01% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 16,90%.

25.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2019, foi registrada receita de R\$ 544.223 (R\$ 547.366 em 2018), sendo: (i) R\$ 35.290 (R\$ 33.481 em 2018) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 467.199 (R\$ 477.375 em 2018) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R\$ 236 (R\$ 475 em 2018) de desconto tarifário – liminares e (iv) R\$ 41.498 (R\$ 36.035 em 2018) de subvenção CCRBT.

25.4 – Conta de desenvolvimento energético – (“CDE”)

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.510, de 18 de dezembro de 2018, estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE vigentes para o ano de 2019. Essas quotas contemplam: (i) quota CDE – USO; e (ii) quota CDE – Energia (parcelas finais com pagamentos encerrados em março de 2019), referente a parte dos aportes CDE recebidos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014, recolhida dos consumidores e repassadas à Conta CDE a partir da RTE de 2015. Adicionalmente, por meio da REH nº 2.521 de 20 de março de 2019, a ANEEL estabeleceu a antecipação do pagamento da quota destinada à amortização da Conta ACR, devido à existência de saldo positivo na conta, com recolhimento e repasse à Conta CDE para o período de março de 2019 a agosto de 2019, revogando a resolução REH nº 2.231 de 2017 anteriormente vigente.

(26) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$ mil	
	2019	2018	2019	2018
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	4.966	4.854	1.258.298	1.164.591
PROINFA	503	503	185.925	155.895
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	22.561	19.795	5.217.930	5.060.274
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(552.253)	(563.417)
Subtotal	28.029	25.152	6.109.900	5.817.342
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica			897.706	872.352
Encargos de transporte de itaipu			126.708	116.204
Encargos de conexão			27.146	25.021
Encargos de uso do sistema de distribuição			21.136	23.936
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			2.573	(49.536)
Encargos de energia de reserva - EER			55.637	61.295
Crédito de PIS e COFINS			(104.608)	(97.057)
Subtotal			1.026.299	952.214
Total			7.136.199	6.769.557

(*) Conta de energia de reserva

(27) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Despesas Operacionais						Total	
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Pessoal	287.351	280.520	2	-	52.292	54.284	82.745	72.195	-	-	422.390	406.999
Entidade de previdência privada	77.977	62.330	-	-	-	-	-	-	-	-	77.977	62.330
Material	71.458	67.666	572	611	1.568	1.612	4.157	5.778	-	-	77.745	75.667
Serviços de terceiros	127.567	129.370	1.785	1.612	128.378	121.275	141.624	141.301	-	-	399.354	393.558
Custos com construção da infraestrutura	-	-	770.959	655.417	-	-	-	-	-	-	770.959	655.417
Outros	(1.451)	(3.391)	(3)	(3)	47.267	38.859	109.613	108.383	56.706	30.645	212.132	174.493
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	47.123	41.272	-	-	-	-	47.123	41.272
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	2.457	2.605	-	-	2.457	2.605
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	12	6.112	5.424	-	-	6.112	5.436
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	85.106	80.954	-	-	85.106	80.954
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	1.217	1.326	-	-	1.217	1.326
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	53.872	30.668	53.872	30.668
Outros	(1.451)	(3.391)	(3)	(3)	144	(2.425)	14.721	18.074	2.834	(23)	16.245	12.232
Total	562.902	536.495	773.315	657.637	229.495	216.029	338.139	327.656	56.706	30.645	1.960.557	1.768.464

(28) RESULTADO FINANCEIRO

	2019	2018
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	35.246	33.043
Acréscimos e multas moratórias	144.062	124.275
Atualização de créditos fiscais	16.171	4.861
Atualização de depósitos judiciais	21.255	22.159
Atualizações monetárias e cambiais	27.392	35.138
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	17.602	22.573
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	42.772	37.513
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(16.272)	(17.046)
Outros	17.002	16.119
Total	305.230	278.636
Despesas		
Encargos de dívidas	(231.795)	(232.650)
Atualizações monetárias e cambiais	(99.629)	(91.502)
(-) Juros capitalizados	9.952	6.459
Outros	(30.690)	(37.853)
Total	(352.163)	(355.546)
Resultado financeiro	(46.933)	(76.911)

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 8,09% a.a. durante o exercício de 2019 e 2018 sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

A rubrica de atualizações monetárias e cambiais da despesa contempla os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 26.877 no exercício de 2019 (R\$ 201.792 em 2018) (nota 32).

(29) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2019 as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.
Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.
- ESC Energia S.A.
Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) **Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviços** - Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços de engenharia e consultoria.
- b) **Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos** - A Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto às Fundações CESP, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 18 Entidade de Previdência Privada.

A controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avaliam as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2019, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 8.374 (R\$ 6.186 em 2018). Este valor é composto por R\$ 7.354 (R\$ 4.526 em 2018) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 296 (R\$ 160 em 2018) de benefícios pós-emprego e R\$ 724 (R\$ 1.500 em 2018) de outros benefícios de longo prazo, e referem-se a valores registrados pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, são como seguem:

Empresas	Passivo	Despesa / Custo	
	31/12/2019	2019	2018
Encargos - Rede básica			
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	1.078	85.351	65.446
Intangível, materiais e prestação de serviço			
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	77	-

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia, são como seguem:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa / custo	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018	2019	2018
Alocação de despesas entre empresas								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	7	-	13	-	-	-	(143)	(120)
CPFL Comercialização Cone Sul S.A.	-	-	-	-	-	-	(1)	-
CPFL Brasil Varejista S.A.	1	1	-	-	-	-	(2)	(3)
Companhia Piratininga de Força e Luz	931	1.191	1.129	2.173	-	-	2.139	2.613
Companhia Jaguari de Energia	586	794	169	282	-	-	(4.978)	(4.358)
Rio Grande Energia S.A. (*)	-	1.619	-	176	-	-	-	(6.138)
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	1.698	1.580	267	446	-	-	(17.786)	(10.270)
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	13	-	-	-	(141)	(113)
CPFL C Geradoras Ltda.	-	-	-	-	-	-	(1)	-
CPFL Energia S.A.	52	103	-	-	-	-	(659)	(595)
Sul Geradora Participações	-	-	-	-	-	-	(1)	-
CPFL Renováveis - Consolidado	3	-	26	-	-	-	(60)	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	5	1	5	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	5	-	-	-	-	-	39
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	-	-	(2)	(21)
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	3	-	-	-	(16)	(4)
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	-	-	-	(1)	-
CPFL GD S.A.	-	-	-	-	-	-	(1)	-
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logísticas Ltda.	3	-	2	-	-	-	-	-
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	-	(1)	-
Arrendamento e aluguel								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	207	241	-	-
CPFL Comercialização Cone Sul S.A.	-	-	-	-	2	-	-	-
CPFL Brasil Varejista S.A.	-	-	-	-	3	7	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-	925	875	-	-
Companhia Jaguari de Energia	-	-	-	-	93	33	-	-
Rio Grande Energia S.A. (*)	-	-	-	-	-	41	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	-	30	-	-	102	45	-	8
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	215	236	-	-
CPFL C Geradoras Ltda.	-	-	-	-	2	-	-	-
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	2	3	-	-
Sul Geradora Participações	-	-	-	-	2	-	-	-
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	87	-	21	33
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	31	-	-	234	217	-	-
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	4	47	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	21	7	-	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	-	2	-	-	-
CPFL GD S.A.	-	-	-	-	2	-	-	-
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	2	-	-	-
Contrato de Mútuo								
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	205
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	468
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	537.715	202.810	-	-	-	-
Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviço								
Companhia Piratininga de Força e Luz	145	-	167	-	-	-	-	-
Companhia Jaguari de Energia	18	4	-	-	-	-	-	-
Rio Grande Energia S.A. (*)	-	12	-	-	-	-	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	17	-	-	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (**)	9.263	9.787	15.851	9.243	-	-	52.581	50.827
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	43	21	2.293	2.373	-	-	26.654	25.250
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	499	509	-	-	16.822	18.853
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	3	-	-	-	18	-	-	-
CPFL Telecom S.A.	-	-	-	-	-	-	-	3.008
CPFL Eficiência Energética S.A.	4	-	1.478	74	-	-	3.834	150
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	1.928	685	-	-	12.035	25.688
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda.	-	-	408	-	-	-	1.227	-
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	-	-	326	-	-	-	1.040	-
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logísticas Ltda.	-	-	460	-	-	-	1.438	-
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	19	-	-	-	58	36	-	-
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	20	20	-	-	268	425	-	-
Compra e venda de energia e encargos								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	30	-	-	-	4.916	-	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	2.880	1.368	-	-	16.999	17.168	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	32	-	12.585	11.674	-	-	145.608	148.138
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	28	26	-	-	247	231
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	3.603	7.786	-	15	42.558	76.946
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	381	336	-	-	3.638	3.490
Campos Novos Energia S.A.	-	-	39.995	56.654	-	-	233.243	229.888
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	10.621	9.810	-	-	122.512	122.938
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	27.289	25.236	-	-	305.749	305.768
CPFL Renováveis - Consolidado	524	629	907	402	5.254	4.697	11.420	6.365
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	6	-	-	-	-	-	-	-
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	275	212	-	-	8.657	9.624
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	60	-	-	-	11.169	10.864
Outras operações financeiras								
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	6	-	-	-
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	12
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	3	-	-	10
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	14
Outros								
Instituto CPFL	-	-	101	-	-	-	2.462	1.327

(*) Os saldos de ativo e passivo e as operações de resultados realizadas após 31/10/2018, estão apresentadas na RGE Sul Distribuidora de Energia em função da incorporação dessa empresa pela RGE

Distribuidora de Energia em 31/12/2018.

(**) A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de construção civil no período. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como ativo contratual da Companhia o montante de R\$ 119.543 no exercício de 2019 (R\$ 1.959 em 2018), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

(30) SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo financeiro da concessão / Intangível	Riscos nomeados	92.000
Transporte	Transporte nacional	221.803
Responsabilidade civil	Geral e Riscos Ambientais	35.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	84.119
Garantia	Seguro Garantia	1.678.189
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	203.000
Total		<u>2.314.110</u>

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

(31) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Gerência de Auditoria Interna, Riscos e *Compliance* e áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia deliberar sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites. Adicionalmente, cabe a este fórum, tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe a condução dos negócios dentro dos limites de risco definidos, devendo esta tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação.

A Gerência de Auditoria Interna, Riscos e *Compliance* é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos da Companhia, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais a Companhia está exposta, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos da Companhia e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 32. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 32.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento.

Risco de sub/sobrecontratação: Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com

a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Em 2019 foram observadas chuvas abaixo do normal, principalmente no segundo semestre, levando a uma redução dos níveis de armazenamento nos reservatórios.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia utiliza-se de sistema de *software* (Luna e Bloomberg), tendo condições de calcular o *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(32) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	31/12/2019	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	692.337	692.337
Titulos e valores mobiliarios	6	(a)	Nível 1	300.315	300.315
Derivativos	32	(a)	Nível 2	145.341	145.341
Ativo financeiro da concessão	11	(a)	Nível 3	3.521.168	3.521.168
Total				4.659.161	4.659.161
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	669.583	669.583
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	1.768.629	1.768.629
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	2.143.984	2.160.831
Derivativos	32	(a)	Nível 2	26.097	26.097
Total				4.608.293	4.625.140

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um efeito no resultado e resultado abrangente de perda de R\$ 20.253 em 2019 (um ganho de R\$ 6.063 em 2018).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria / Mensuração:

- (a) - Valor justo contra o resultado
- (b) - Mensurado ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) contas a receber – CDE; (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados; (iv) serviços prestados a terceiros; (v) convênios de arrecadação; e (vi) ativo financeiro setorial.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) taxas regulamentares; (iii) consumidores e concessionárias a pagar; (iv) FNDCT/EPE/PROCEL; (v) convênios de arrecadação e (vi) descontos tarifários – CDE.

Adicionalmente, não houve em 2019 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos

(perdas) no resultado do exercício de R\$ 103.040 (R\$ 151.930 em 2018), assim como as principais premissas utilizadas, está divulgada na nota 11.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 16). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)		Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Passivo							
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	145.334	(26.097)	119.238	106.517	12.721	US\$ + (Libor 3 meses + 0,8% a 1,55%) ou (1,96% a 3,56%)	103,2% a 116% do CDI ou CDI + 0,12%	mar/19 a ago/23	1.468.725
Empréstimos bancários - Lei 4.131	7	-	7	241	(234)	Euro + 0,79%	103,5% do CDI	fev/22	188.500
Total	145.341	(26.097)	119.244	106.758	12.487				
Circulante	71.034	(26.097)							
Não circulante	74.307	-							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

Derivativos	Saldo em 31/12/2017	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado		Saldo em 31/12/2018
		Liquidação		
Para dívidas designadas a valor justo	258.941	200.576	(309.066)	150.451
Para dívidas não designadas a valor justo	434	(4.785)	4.351	-
Marcação a mercado (*)	(15.695)	5.403	-	(10.292)
Total	243.680	201.194	(304.715)	140.160

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2018 referente aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: (i) ganho de R\$ 6.862 para as dívidas designadas a valor justo e (ii) perda de R\$ 1.459 para as dívidas não designadas a valor justo.

	Saldo em 31/12/2018	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2019
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	150.451	4.108	(47.801)	106.758
Marcação a mercado (*)	(10.292)	22.779	-	12.487
Total	140.160	26.887	(47.801)	119.244

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2019 referente aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: ganho de R\$ 22.779 para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 16).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2019 e 2018 os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	2019	2018	2019	2018
Varição de taxas de juros	-	(4.784)	-	-
Marcação a mercado	-	(1.408)	-	(51)
Varição cambial	4.108	200.576	-	-
Marcação a mercado	22.769	7.409	9	(547)
Total	26.877	201.792	9	(597)

c) Ativos financeiros da concessão

Em função da Companhia ter classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como mensurados pelo valor justo por meio de resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, TJLP, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

d.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2019 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(1.581.874)		(33.163)	370.597	774.356
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.604.309		33.633	(375.853)	(785.338)
	22.435	baixa dolar	470	(5.256)	(10.982)
Instrumentos financeiros passivos	(186.755)		(7.754)	40.873	89.501
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	190.098		7.893	(41.605)	(91.103)
	3.343	baixa euro	139	(732)	(1.602)
Total	25.778		609	(5.988)	(12.584)
Efeitos no resultado abrangente acumulado			529	(5.093)	(10.714)
Efeitos no resultado do exercício			80	(895)	(1.870)

(a) A taxa de cambio considerada em 31.12.2019 foi de R\$ 4,03 para o dólar e R\$ 4,53 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 4,12 e R\$ 4,72 e a depreciação cambial de 2,10% e 4,15%, do dólar e do euro respectivamente em 31.12.2019.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e portanto o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

d.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2019 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	taxa no exercício	taxa Cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	854.209				38.781	48.476	58.172
Instrumentos financeiros passivos	(1.385.843)				(62.917)	(78.647)	(94.376)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(1.675.162)				(76.052)	(95.065)	(114.079)
	(2.206.796)	alta CDI	5,97%	4,54%	(100.188)	(125.236)	(150.283)
Instrumentos financeiros passivos	(29.002)				(1.476)	(1.845)	(2.214)
	(29.002)	alta TJLP	6,30%	5,09%	(1.476)	(1.845)	(2.214)
Instrumentos financeiros passivos	(1.289.412)				(58.926)	(44.195)	(29.463)
Ativo financeiro da concessão	3.521.168				160.917	120.688	80.459
	2.231.756	baixa IPCA	4,20%	4,57%	101.991	76.493	50.996
Ativos e passivos financeiros setoriais	655.719				29.901	22.426	14.950
Instrumentos financeiros passivos	(19.521)				(890)	(668)	(445)
	636.198	baixa SELIC	5,97%	4,56%	29.011	21.758	14.505
Total	632.156				29.338	(28.830)	(86.996)
Efeitos no resultado abrangente acumulado					5	6	7
Efeitos no resultado do exercício					29.333	(28.836)	(87.003)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

Adicionalmente, as dívidas com exposição a indexadores pré-fixados gerariam uma despesa de R\$ 1.858.

e) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma

contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita Ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como se segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PDD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PDD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PDD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PDD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuísem correlação direta ao nível de inadimplência, visto às características do setor elétrico, que possui ferramentas que mitigam o risco de perdas, por exemplo, a suspensão do fornecimento de energia para o consumidor em *default*.

Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2019 e 2018 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

f) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2019, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2019	Nota explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	15	1.396.185	4.138	-	-	-	-	1.400.323
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	5.820	295.480	866.836	916.652	505.530	196.621	2.786.939
Derivativos	32	-	6.616	39.339	-	-	-	45.955
Debêntures - principal e encargos	17	-	17.531	80.001	473.315	1.045.879	1.042.840	2.659.566
Taxas regulamentares	19	103.027	-	-	-	-	-	103.027
Outros	22	69.174	23.319	19.747	-	-	-	112.240
Consumidores e concessionárias		22.735	21.263	-	-	-	-	43.998
EPE / FNDCT / PROCEL		-	2.056	19.747	-	-	-	21.803
Convênio de arrecadação		46.439	-	-	-	-	-	46.439
Total		1.574.206	347.084	1.005.923	1.389.967	1.551.409	1.239.461	7.108.050

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA-, baseado nas principais agências de *rating* de crédito do mercado (nota 32). A Administração não identificou para os exercícios de 2019 e 2018 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

(33) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuiu no exercício de 2019, um valor de R\$ 9.952 (R\$ 6.459 em 2018) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 28).

(34) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2019	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Arrendamentos e aluguéis	Até 5 anos	1.547	1.681	1.205	-	4.433
Compra de energia (exceto Itaipu)	Até 8 anos	4.728.271	9.727.784	10.036.762	14.209.883	38.702.700
Compra de energia de Itaipu	Até 8 anos	1.296.247	2.506.585	2.751.096	4.846.713	11.400.641
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	Até 8 anos	1.153.214	3.085.561	4.003.659	5.840.872	14.083.306
Projetos de construção de usina	Até 1 ano	562	-	-	-	562
Total		7.179.841	15.321.611	16.792.722	24.897.468	64.191.642

(35) EVENTO SUBSEQUENTE

Empréstimos e Financiamentos

De 1º de janeiro de 2020 até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, a Companhia capturou recursos através de empréstimos e financiamentos, com as seguintes condições e detalhes:

Modalidade	Liberado até fevereiro 2020	Pagamento de juros	Amortização de Principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos	Cláusula restritiva - covenant financeiro
Moeda Estrangeira								
Dólar								
Lei 4.131	174.960	Trimestral	Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + 2,39%	USD + 2,39%	CDI + 0,85%	(*)
Lei 4.131	196.567	Trimestral	Parcela única em fevereiro de 2025	Capital de Giro	USD + 2,40%	USD + 2,40%	CDI + 0,89%	(*)

(*) Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia: Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75 e EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO
Presidente

YUEHUI PAN
Vice Presidente

LUIZ HENRIQUE DE SOUZA
Conselheiro

DIRETORIA

ROBERTO SARTORI
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro
e de Relações com Investidores

RAFAEL LAZZARETTI
Diretor Comercial

THIAGO FREIRE GUTH
Diretor de Operações

ANDRÉ LUIZ GOMES DA SILVA
Diretor de Assuntos Regulatórios

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

SÉRGIO LUIS FELICE
Diretor de Contabilidade
CT CRC 1SP192.767/O-6



KPMG Auditores Independentes
Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí
Edifício Dahruj Tower
13024-001 - Campinas/SP - Brasil
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Acionistas da Companhia Paulista de Força e Luz

Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Paulista de Força e Luz (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Paulista de Força e Luz em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa

auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de energia distribuída, mas não faturada

Veja as notas explicativas 3.9 e 25 às demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A receita não faturada reconhecida pela Companhia corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura que, em alguns casos, sucedem ao período de encerramento contábil. O reconhecimento da receita não faturada leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da Companhia acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores. Devido à relevância dos valores e do julgamento envolvido que podem impactar o valor das receitas nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Avaliamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Envolvemos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados. Analisamos as principais premissas utilizadas pela Companhia no desenvolvimento de tal estimativa, tais como índice de perdas técnicas e comerciais. Adicionalmente, testamos a integridade e exatidão dos dados utilizados no cálculo e efetuamos teste de valorização por meio do confronto dos valores reconhecidos pela Companhia com expectativas independentes geradas a partir de nossos testes de auditoria. Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da

Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas

evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 05 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP027612/O-4

Marcio José dos Santos

Contador CRC 1SP252906/O-0



DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da **Companhia Paulista de Força e Luz**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte - Jardim Professora Tarcilla - CEP 13087-397, na cidade de Campinas - São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 33.050.196/0001-88, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da **Companhia Paulista de Força e Luz** do exercício findo em 31 de dezembro de 2019;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da **Companhia Paulista de Força e Luz** do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Campinas, 04 de março de 2020.

Roberto Sartori
Diretor Presidente
Chief Executive Officer

Yuehui Pan
Diretor Financeiro e de Relações
com Investidores
Chief Financial and Investor
Relations Officer